

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Curtas	2
Título: A vez do hidrogênio verde	2
Título: CCEE volta a pedir novas regras para o ACL.....	4
Título: Uma mina de ferro à espera da ferrovia.....	6
Título: Bamin começa as obras de acesso do terminal privado Porto Sul em Ilhéus	8
Título: Dez grupos disputam terminal de GNL	9
Título: Vale vai ressarcir INSS em R\$ 129,5 milhões	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Petrobrás nega irregularidade no fundo do mar	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: General Braga Netto, da Casa Civil, é o 7º ministro de Bolsonaro com Covid	13
Título: Saiba o que muda com nova especificação da gasolina	14
Título: Gás natural tem corte de 22% para as distribuidoras.....	16
Título: Embaixador nega motivo político para queda de barreira do etanol.....	16
VEÍCULO: O Globo.....	19
Título: Qualidade da gasolina vendida no país melhora, mas preço também sobe	19
Título: O gás e os royalties do Rio	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 04/08/2020**Seção:** Mundo**Autor:****Título:** Curtas

Menos energia a carvão

A geração de energia a carvão caiu pela primeira vez no primeiro semestre de 2020. O fechamento de fábricas, especialmente na Europa e EUA, mais do que compensou a geração em novas unidades - 60% delas na China, segundo relatório da ONG Global Energy Monitor. A queda de 2,9 gigawatts - pouco mais de 0,1% da capacidade mundial de geração de energia a carvão - pode ser pequeno, mas marca um ponto de virada na queima do combustível fóssil para se produzir eletricidade.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 04/08/2020**Seção:** Opinião**Autor:** Paulo Alvarenga**Título:** A vez do hidrogênio verde

O Brasil é o quarto país que mais consome fertilizantes globalmente, porém, a produção nacional é insuficiente para atender à demanda. Nosso mercado importa cerca de 80% do total consumido, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética, vinculada ao **Ministério de Minas e Energia**. Se consideramos que cerca de 25% do PIB brasileiro está ligado ao setor agropecuário, e, dessa forma, diretamente dependente desse insumo, pode-se notar nossa fragilidade e a consequente relevância estratégica do tema para o Brasil.

Tomando por base nossa experiência recente com a pandemia da covid-19, essa dependência num setor tão relevante economicamente não é aceitável para o Brasil. Assim, é necessário reduzir a participação dos insumos importados e aumentar a capacidade nacional da produção para diminuir nossa dependência estratégica.

É possível vislumbrar modelos próprios de economia circular com balanço negativo de CO2 na indústria do etanol

Para tanto, um dos desafios chave do nosso século é aliar a produção industrial, especialmente de fertilizantes, à sustentabilidade ambiental. O Brasil, como signatário do Acordo de Paris, comprometeu-se a diminuir as emissões de

carbono em 37%, até 2025 e em 43%, até 2030. A produção local é atualmente baseada na tradicional síntese de fertilizantes a partir de compostos fósseis, como o petróleo e o gás natural. Nesse sentido, a expansão da produção local acaba esbarrando na questão ambiental.

O nosso país pode se inspirar no exemplo da Alemanha, que adotou o hidrogênio como componente central em sua meta de descarbonização, tendo lançado recentemente uma estratégia nacional para o desenvolvimento da economia com base nesse elemento. O país europeu já vem utilizando, de maneira bem-sucedida e competitiva, processos inovadores que convertem os gases da indústria siderúrgica - ricos em gás carbônico - em matérias-primas importantes para a produção de fertilizantes e outros produtos químicos. Com isso, ao mesmo tempo captura o carbono e gera riqueza, progresso econômico e sustentabilidade caminhando juntos.

Tal plano estratégico se baseia na consolidação da rota tecnológica para a ampliação da produção de hidrogênio por meio da eletrólise da água. O princípio é simples e brilhante: em vez de usar derivados de compostos fósseis, como o petróleo e o gás natural, utiliza-se a água como matéria prima, e, por meio de energia elétrica, reparte-se a molécula da água (H_2O) em moléculas de hidrogênio (H_2) e oxigênio (O_2). Para que esse processo seja totalmente sustentável, a energia deve ser gerada a partir de fontes limpas abundantes em nosso país, como a eólica, solar e hidrelétrica.

Assim, o hidrogênio verde, produzido com zero emissão de gás carbônico (CO_2), surge como elemento fundamental para impulsionar a mudança da matriz de produção dos fertilizantes agrícolas nitrogenados. O hidrogênio é necessário para, combinado com o nitrogênio (N_2) disponível na atmosfera, sintetizar a amônia. A amônia é o composto base para fertilizantes como ureia e nitrato de amônio, por exemplo, amplamente usados na nossa produção agrícola.

No caso da Alemanha, a reciclagem dos gases residuais da indústria siderúrgica permite tanto a geração de energia elétrica, como a captura do CO_2 , transformando assim uma antiga fonte de geração de resíduos em fonte de energia e produtos químicos valiosos sem a emissão de carbono. Recentemente iniciou-se uma transformação ainda mais ampla e arrojada, utilizando o hidrogênio verde como insumo substituto ao coque de carvão para redução do minério de ferro nos altos-fornos da indústria siderúrgica. A redução é o processo pelo qual retira-se o oxigênio do minério de ferro, transformando-o no ferro metálico, que é a base para o aço. Assim, em vez de usar o carbono do coque para capturar o oxigênio existente no minério de ferro, utiliza-se o hidrogênio verde. Como resultado, não há emissão de gás carbônico, apenas a geração de água. É um caminho sustentável para o futuro da siderurgia em direção ao chamado aço verde.

Já no Brasil, além de poder adotar o mesmo caminho na siderurgia, também é possível vislumbrar modelos próprios de economia circular com balanço negativo de carbono em outras indústrias características da nossa economia. Um exemplo é a indústria do etanol, em que usinas produzem energia elétrica por cogeração na queima do bagaço de cana-de-açúcar. Essa eletricidade pode ser utilizada para produzir o hidrogênio verde que, combinado com o gás carbônico resultante do processo de fermentação do etanol, viabiliza a produção de ureia, fertilizante de alto valor agregado que pode retornar ao canal.

Vale ressaltar que atualmente toda a produção nacional de fertilizantes consumida pelo agronegócio se baseia no processamento do gás natural, um composto fóssil rico em hidrogênio e carbono. Ao se retirar o hidrogênio para a produção dos fertilizantes nitrogenados, como a amônia e a ureia, gera-se grande quantidade de carbono que retorna ao meio ambiente. A substituição do gás natural pela água como insumo teria um impacto gigantesco na redução de emissões de carbono do país, além de fomentar a indústria nacional, gerando mais empregos e riqueza de forma sustentável.

Essa abordagem não se restringe às grandes plantas, pois outra grande vantagem é que as plantas de eletrólise são viáveis a empresas de qualquer porte, pois permitem a implantação de fábricas modulares, e próximas do mercado consumidor, o que não é possível quando se usa derivados de compostos fósseis que, via de regra, são dependentes de infraestrutura específica, como de gasodutos.

Há um grande potencial de aplicação do hidrogênio verde no país para a produção de fertilizantes à base de amônia, com pegada zero de carbono. O hidrogênio pode ser produzido em larga escala por meio da eletrólise da água com um investimento equivalente ao do processo tradicional, hoje realizado a partir do gás natural. O agronegócio brasileiro, um dos setores mais pujantes da nossa economia, e a indústria química e de fertilizantes têm em suas mãos a chave para o futuro, aliando progresso econômico e sustentabilidade, a partir dessa inovação na engenharia de produção de compostos verdes da mais alta qualidade e competitividade.

Paulo Alvarenga é CEO do Grupo thyssenkrupp na América do Sul.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Paulo Alvarenga

Título: CCEE volta a pedir novas regras para o ACL

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) retomou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) as discussões sobre o aprimoramento das regras para comercializadoras. Com o ambiente de contratação livre de energia (ACL) ganhando mais robustez e complexidade, a CCEE vem pleiteando alterações no regramento atual através de uma consulta pública. Entre as modificações sugeridas, estão maiores exigências para a entrada de comercializadoras no mercado e um processo mais ágil de desligamento de agentes que descumprirem as normas.

“Mandamos nossa proposta [à Aneel] faz um ano. Estamos falando com o diretor relator, que é o Efrain [Cruz], para colocar essa questão em discussão numa consulta pública no menor prazo possível”, afirmou Rui Altieri, presidente do conselho de administração da CCEE, em conversa ontem com jornalistas.

Segundo o executivo, as negociações com a agência reguladora estão em estágio avançado. A avaliação é de que há tempo suficiente para que uma nova regulação entre em consulta pública e seja aprovada até o fim do ano.

O mercado livre tem observado uma nova onda de migração neste ano. De janeiro a junho, a CCEE recebeu, em média, a adesão de 143 agentes por mês - a maior média mensal desde 2016, quando o indicador bateu 192. Com isso, o ACL encerrou o primeiro semestre com 7.812 consumidores habilitados, alta de 23% na comparação anual, puxada tanto por consumidores especiais (25%), quanto livres (9%).

A CCEE tem atualmente 1.049 pedidos de adesão em carteira, sendo que a demanda tem se mostrado maior entre comercializadoras do que entre consumidores livres. Segundo Altieri, esse é um “ponto de atenção”, já que muitas comercializadoras abrem as portas e ficam à espera de oportunidades de mercado sem realizar operações. Para esses casos de inatividade, a CCEE defende o desligamento, mas com novos critérios.

“Temos tido experiências ruins com o desligamento de agentes, uma dificuldade muito grande, alguns agentes procuram até judicializar. Entendemos que a regulação tem que dar mais força para a CCEE atuar de forma mais rápida”, afirma Altieri.

Hoje, para sofrer um processo de desligamento, a comercializadora precisa ter faltado com suas obrigações junto a contraparte por três vezes consecutivas ou quatro vezes num prazo de 12 meses. Por considerar descumprimento contratual uma falta grave, a CCEE quer que a regra seja menos benevolente, e pede que o processo de desligamento possa ser iniciado na primeira ocorrência.

O tema da segurança do mercado ganhou força no início do ano passado, quando duas comercializadoras, a Vega e a Linkx, deram calote por não terem lastro para honrar com os contratos vendidos, provocando prejuízo de cerca de R\$ 200 milhões ao setor. Na semana passada, a CCEE foi obrigada, por decisão judicial, a suspender o desligamento da Linkx. “Estamos nos preparando para recorrer da decisão. Entendemos que temos grandes chances de revertê-la”, disse Altieri.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Uma mina de ferro à espera da ferrovia

A expansão da produção de minério de ferro no Brasil, e a diversificação geográfica, enfrenta carência de logística ferroviária, fundamental para tornar viável um projeto com escala de milhões de toneladas. É o caso da Bahia Mineração (Bamin). A empresa aguarda a retomada da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, a Fiol, que está com obras interrompidas há vários anos. Há uma previsão de ser licitada este ano pelo Ministério da Infraestrutura.

O projeto da Bamin, controlada pelo Eurasian Resources Group, do Cazaquistão, prevê fazer 18 milhões de toneladas por ano, num investimento de US\$ 700 milhões. Assim, a Bahia se tornaria o terceiro maior produtor de minério de ferro, atrás de Minas Gerais e Pará. O projeto da empresa inclui ainda um terminal portuário diversificado em Ilhéus (BA). Aí são mais US\$ 800 milhões de aportes.

“Se for necessário, estamos dispostos a participar da licitação da Fiol em um consórcio”, disse Alexandre Aigner, diretor financeiro e de relações institucionais da mineradora, sediada em Salvador. O ERG já tem experiência de operar ferrovias na Ásia. Ele diz que, pelo andamento do trâmite no governo federal, o edital da licitação da Fiol poderá ser publicado até fim de setembro. Assim, a ferrovia poderia ir a leilão no início de 2021.

Pertencente à estatal Valec, a Fiol tem um traçado com origem em Ilhéus, cortando o sudoeste da Bahia e com ponto final em outra ferrovia, a Norte-Sul, na cidade de Figueirópolis (TO). Ao todo são 1527 km, mas a parte que interessa à Bamin tem 520 km, margeando Caetité, município onde está a mina Pedra de Ferro.

O trajeto até Caetité já tem mais de 70% das obras avançado. Um empreendimento de minério de ferro em alta escala de produção só é viável

montado no sistema mina-ferrovia-porto. Outra via é mina-mineroduto-porto, como o Minas-Rio (Anglo American) e o que a SAM prevê no norte de Minas Gerais, A Samarco, paralisada, foi pioneira, de Minas ao Espírito Santo.

Enquanto a Fiol continua inacabada, a Bamin decide fazer o que é possível de ser feito. A empresa vai ativar, até outubro, um projeto de produção em baixa escala. O objetivo é produzir 800 mil toneladas no prazo de um ano, a partir de novembro, e vender também a totalidade de produto que se encontra estocado.

Para a produção de até 1 milhão de toneladas por ano, a mineradora já tem as licenças ambientais para a extração do minério na Pedra de Ferro. Já o projeto de 18 milhões de toneladas obteve a licença de implantação.

Para esse início de produção serão investidos R\$ 40 milhões, informa Aigner, da Bamin. A logística de escoamento do minério, no entanto, será rodoviária, o que encarece a operação. O produto, dos tipos granulado e finos (sinter-feed) será levado em carretas até o porto do complexo naval de Enseada, em Maragogipe, cidade no Recôncavo Baiano.

Os recursos serão alocados na reativação de um terminal de transbordo, em Licínio de Almeida (a 40 km), onde o minério será blendado e carregado, via ferrovia da VLI, para o mercado interno. Para o externo, seguirá por rodovia em carretas que transportam 33 toneladas cada uma, até o terminal portuário de Enseada.

Segundo o diretor, a produção nesta fase é importante para mostrar que o projeto, como um todo, é viável e que a Bamin poderá ser um fornecedor mundial (e até local) confiável. Os grandes mercados no alvo da empresa são China, na Ásia, Europa e Oriente Médio.

De acordo com Aigner, o minério da produção de baixa escala, e também no futuro - com instalações de beneficiamento e de concentração do produto -, terá teor de ferro entre 65% e 66%. Atualmente, o produto de referência na China, com 62%, é negociado acima de US\$ 115 a tonelada.

Até o fim de 2021, a mineradora prevê colocar no mercado 800 mil toneladas. Desse volume, 35 mil toneladas de produto já estocado serão despachadas, via trem, para clientes no Brasil.

A retomada de produção, segundo o diretor, vai movimentar a economia da região, como o de serviços e fornecedores, criando empregos. A previsão é de gerar R\$ 47 milhões em impostos federais, estaduais e municipais.

Atualmente, em Caetité, a empresa tem 89 funcionários diretos para as operações da mina. Os indiretos serão mais cerca de 300 de empresas terceirizadas.

As reservas de minério da Bamin foram descobertas em 2005 e a empresa constituída em 2006. O grupo ERG, produtor de minério de ferro no Casaquistão, com 12 milhões de toneladas, comprou 50% em 2008 e o restante em 2010. Também produz ferrocromo, além de alumina, alumínio, cobre, cobalto, carvão energético. É gerador de energia no país e operador de ferrovias na Ásia Central. Tem faturamento anual de US\$ 6 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Bamin começa as obras de acesso do terminal privado Porto Sul em Ilhéus

Para adiantar as obras de seu projeto do terminal portuário tipo TUP (uso privado), em Ilhéus, a Bamin acaba de iniciar as obras de infraestrutura de acesso ao local - 14 km ao norte da cidade baiana. Com isso, abre caminho para a implantação do porto, propriamente dito, por onde fará a exportação de seu minério de ferro no futuro, quando a ferrovia da Fiol estiver finalmente pronta.

O Porto Sul, como é chamado, é um projeto todo comandado pela mineradora, com apoio do governo da Bahia. O terminal, além de minério de ferro (próprio e de terceiros), prevê embarcar outras cargas, como soja, milho, etanol e carvão vegetal.

Desde 2013, a Bamin é a concessionária do terminal. Segundo a empresa, ela já dispõe da licença de implantação do porto, bem como de supressão da vegetação na área definida para o empreendimento, na localidade de Aritaguá. “Esse porto é estratégico para nosso projeto e para o Estado da Bahia”, diz Alexandre Aigner, diretor financeiro e de relações institucionais da mineradora.

Serão investidos nessa fase de obras R\$ 188 milhões, informa o executivo. A ordem de serviço para as atividades foram dadas a uma construtora de Minas Gerais em meados de julho e o tempo de duração está previsto de agora até março de 2022. Serão construídas vias de acesso, sinalização, pontes, instalações de rede elétrica e de água, entre outras.

A instalação do porto, especificamente, terá um investimento de US\$ 800 milhões. E essa obra de peso - que tem previsão de durar quase dois anos - só será iniciada quando a retomada da construção da Fiol, sob nova gestão, após

ser licitada, já estiver acontecendo, informa o diretor da Bamin. “Nossa obra será alinhada à conclusão da ferrovia, que poderá durar cerca de 30 meses”, afirmou Aigner.

A licitação da Fiol aguarda o sinal verde do Tribunal de Contas da União (TCU), que vai liberar a publicação do edital. O processo entrou no órgão faz oito meses.

Segundo a Bamin, nessa primeira fase de obras do Porto Sul, no auge, serão gerados 400 empregos diretos, podendo ter ainda 1,2 mil indiretos. São estimados mais de R\$ 24 milhões em recolhimento de tributos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/08/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Dez grupos disputam terminal de GNL

Dez grupos estão na disputa pelo arrendamento do terminal de gás natural liquefeito (GNL) da Petrobras, na Bahia. A estatal brasileira vai licitar a unidade de regaseificação no dia 30 de setembro, numa concorrência que sedimenta o caminho para a abertura do mercado brasileiro de gás, já que permitirá ao novo operador entrar com cargas importadas na malha interligada de gasodutos do país.

Grandes multinacionais manifestaram interesse no ativo, que será arrendado até o fim de 2023. A lista de pré-qualificados para a licitação inclui desde grandes fornecedoras globais de gás, como a BP, Shell, Total e Repsol até empresas com expertise na infraestrutura de GNL - casos da Golar Power, Excelerate Energy e Naturgy (por meio da Gás Natural do Brasil). Já entre as brasileiras estão a comercializadora Compass (Cosan), a Eneva e a distribuidora local Bahiagás.

O arrendamento do terminal é parte do compromisso assumido pela Petrobras junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para abertura do mercado brasileiro de gás natural. A unidade tem capacidade para importar até 20 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia) de gás, o equivalente a 25% do mercado.

O presidente da consultoria Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto, destaca que a licitação é representativa para a abertura do setor, já que o terminal baiano passará a ser o primeiro do tipo, com acesso à malha de gasodutos do país, a ser operado pela iniciativa privada. As unidades da Celse (Golar/EBrasil Energia), no Sergipe, e da GNA (Prumo Logística / Siemens /BP), no Porto do Açu, em São

João da Barra (RJ), embora construídas por empresas privadas, ainda não estão conectadas ao sistema nacional.

“O arrendamento representa uma janela de oportunidade para que o Brasil possa beber da competitividade global do GNL. Existe, hoje, um cenário de sobreoferta global, os preços estão muito baixos e o país pode se tornar, nesse contexto, um mercado atraente para os grandes fornecedores de gás no mundo. Mesmo com a redução dos preços do gás nacional [a Petrobras já baixou em 35% os preços para as distribuidoras em 2020], o GNL tem boas chances de chegar competitivo”, afirma.

A abertura do terminal baiano ocorre num momento em que a crise desencadeada pela pandemia da covid-19 pressiona para baixo a demanda do mercado, o que pode tornar mais difícil a vida do novo operador da unidade de GNL. Moreira Neto não acredita, contudo, que este seja um entrave para a concorrência, uma vez que as indústrias apostam, justamente nesse momento de crise, em oportunidades para reduzir seus custos com energia por meio do mercado livre. “As indústrias não perderam o interesse pela abertura do mercado durante a pandemia”, disse.

Ele ressalva, porém, que os candidatos ao terminal baiano ainda esbarram na falta de previsibilidade sobre quando serão realizadas as chamadas públicas para contratação de capacidade dos gasodutos. Por isso, o consultor acredita que, no curto prazo, o gás importado possa ser escoado via caminhões, a exemplo de projetos em desenvolvimento no país.

A Golar Power, por exemplo, possui uma parceria com a BR Distribuidora para desenvolver o negócio de distribuição de GNL de pequena escala e fechou, no mês passado, um contrato para fornecer 40 mil m³ /dia para a distribuidora Copergás (PE). Já a Eneva está construindo uma térmica em Roraima que será abastecida pelo gás do campo de Azulão, no Amazonas, por meio de carretas de GNL.

“Falta uma previsibilidade para as empresas de quando elas poderiam acessar a malha de gasodutos, mas eventualmente os novos operadores do terminal da Bahia podem vislumbrar, no curto prazo, uma logística com base em caminhões. Esse tipo de solução guarda sinergias com as estratégias da Eneva e da Golar. Isso coloca essas empresas no jogo, em condições de competir com as grandes multinacionais”, comentou.

A concorrência pode representar, para algumas empresas, uma porta de entrada para o Brasil. Moreira Neto cita o caso da BP, que é sócia da GNA, no Açu, mas que ainda não tem condições de colocar o seu gás na malha. “Já a

Shell precisa vender o gás dela do pré-sal e o GNL pode ajudá-la a montar um portfólio mais flexível”, afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Luísa Martins — De Brasília

Título: Vale vai ressarcir INSS em R\$ 129,5 milhões

Em acordo firmado com a Advocacia-Geral da União (AGU), a Vale se comprometeu a ressarcir o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em R\$ 129,5 milhões pelos benefícios concedidos e projetados pela autarquia às vítimas do rompimento da barragem de Brumadinho (MG), em janeiro de 2019. As guias de recolhimento já foram emitidas e vencem em dez dias, com pagamento em cota única.

O valor inclui o reembolso dos 273 benefícios já pagos a funcionários da Vale e seus dependentes (entre aposentadorias por invalidez, auxílio-acidente, auxílio-doença e pensões por morte, por exemplo) e antecipa os que ainda seriam concedidos, que correspondem a 90% do total, segundo a AGU.

As negociações tiveram início em janeiro deste ano. Naquela época, conforme antecipou o **Valor**, a União preparava uma ação judicial para reaver o dinheiro. Contudo, após uma série de discussões entre Vale, AGU, o próprio INSS e representantes da equipe econômica do governo, a solução conciliatória acabou prosperando.

Caso contrário, seria necessário ajuizar uma ação regressiva acidentária para cobrar a Vale. Esse procedimento processual é utilizado quando se busca obter o reembolso das despesas com benefícios previdenciários concedidos em razão de acidentes de trabalho provocados pelo descumprimento, por parte dos empregadores, de normas de segurança e saúde do trabalho. De acordo com a AGU, este é o maior acordo extrajudicial deste tipo na história do INSS.

O INSS afirma que a antecipação de recursos no seu Fundo de Regime Geral “chegam em boa hora”, considerando a crise sanitária e socioeconômica decorrente da pandemia.

“Esses valores seriam eventualmente recebidos ao longo de muitos anos, até mesmo décadas, trazendo um risco inerente ao negócio, na medida em que pode acontecer de a empresa, por exemplo, deixar de pagar. Então, o acordo em recebimento de uma parcela única elimina esses riscos inerentes a obrigações de longo prazo”, diz o coordenador-geral da área de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal (PGF), Fábio Munhoz.

O diretor jurídico da Vale, Alexandre D'Ambrosio, afirmou que o acordo com a AGU reforça o empenho da mineradora em “fazer a coisa certa e construir soluções”. A empresa, segundo ele, “mantém seu compromisso com a reparação de todos os danos causados pelo rompimento”.

A partir de outro acordo assinado com a AGU em janeiro, poucos dias antes de a tragédia completar um ano, a Vale repassou R\$ 13,8 milhões aos cofres da União, a título de ressarcimento pelas despesas do governo após o rompimento da barragem em Córrego do Feijão.

A quantia envolvia gastos referentes a combustíveis de carros e aeronaves, equipamentos de resgate de pessoas e bens, materiais para a análise de metais e diárias de servidores deslocados à cidade mineira.

O dinheiro referente às despesas de sete ministérios (Desenvolvimento Regional, Justiça e Segurança Pública, Agricultura, **Minas e Energia**, Defesa, Saúde e Cidadania) foi devolvido ao Tesouro. Já as autarquias ICMBio, Ibama, Agência Nacional das Águas e Agência Nacional de Mineração receberam o reembolso em seus próprios cofres.

Em comunicado publicado em seu site, a empresa afirma ter provisionados R\$ 24,1 bilhões para ações de reparação e compensação pelo rompimento da barragem, incluindo programas de indenizações, intervenções ambientais, projetos socioeconômicos e apoio a medidas encampadas pelo poder público.

Segundo a mineradora, pelo menos 108 mil pessoas receberam benefícios emergenciais, individuais ou trabalhistas, entre residentes de Brumadinho ou arredores e comunidades indígenas que vivem às margens do rio Paraopeba, fortemente atingido pelos rejeitos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/08/2020

Seção: Economia

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Petrobrás nega irregularidade no fundo do mar

A Petrobrás afirmou que não teria cometido irregularidades ambientais no lançamento de milhares de maquinários de exploração de petróleo no fundo do mar, na Bacia de Campos, como revelou o Estadão em sua edição de domingo. A estatal alega que teria iniciado o despejo dos materiais em seus “almoxarifados submarinos” na década de 70, quando não havia leis sobre licenciamento ambiental para exploração de petróleo em alto mar. Essa explicação da Petrobrás, no entanto, desmente o que a própria empresa declarou em parecer

técnico para detalhar como se deu a utilização das seis áreas de depósito de equipamentos usadas na Bacia de Campos e mencionadas pela reportagem.

Nesse documento ao qual o Estadão teve acesso, a Petrobrás afirma que o início de utilização de cada uma das seis áreas se deu da seguinte forma: Corvina em 1991, Pargo A e Pargo B em 1992, Garoupinha em 1998, Alsub em 1999 e Altemp em 2003. Todas elas, portanto, passaram a ser usada bem depois da década de 70, como afirma a empresa. Além disso, é fato que a lei que regulamenta o licenciamento ambiental para exploração e produção offshore foi criada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) em 1986, ou seja, muito antes do uso do almoxarifado submarino.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/08/2020

Seção: Poder

Autor: Daniel Carvalho

Título: General Braga Netto, da Casa Civil, é o 7º ministro de Bolsonaro com Covid

O ministro-chefe da Casa Civil, general Walter Braga Netto, está com Covid-19, segundo informou a assessoria da pasta nesta segunda-feira (3). Já são sete ministros infectados, além do próprio presidente e da primeira-dama.

“O ministro passa bem e está assintomático. Ele ficará em isolamento até novo teste e avaliação médica. Até lá, continuará cumprindo a sua agenda de forma remota”, informou a Casa Civil.

Nesta segunda-feira, a agenda de Braga Netto trazia reuniões com Bolsonaro, e com os ministros Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Jorge Oliveira (Secretaria-Geral), além do o secretário-executivo do Gabinete de Segurança Institucional, Douglas Bassoli.

A Casa Civil não informou se foram realizadas.

Na sexta-feira (31), o governo informou que ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, está com Covid-19. Ainda na semana passada, foram confirmados os casos de Michelle Bolsonaro e do ministro Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia).

Na semana anterior, os ministros Onyx Lorenzoni (Cidadania) e Milton Ribeiro (Educação) informaram estar doentes. Os primeiros contaminados foram Augusto Heleno (Segurança Institucional) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**.

O presidente Jair Bolsonaro anunciou seu teste positivo em 7 de julho e ficou 20 dias longe do Palácio do Planalto, para onde retornou em 27 de julho.

Em sua live da semana passada, Bolsonaro afirmou estar com “mofo no pulmão”.

“Acabei de fazer um exame de sangue, estava com um pouco de fraqueza ontem [quarta-feira, 29], achava que estava com um pouco de infecção também. Tomei agora um antibiótico. Depois de 20 dias dentro de casa, a gente pega outros problemas, peguei mofo, mofo no pulmão deve ser”, disse Bolsonaro sem informar mais detalhes.

Na sexta-feira, ele viajou a Bagé (RS). No domingo (2), Bolsonaro passeou de moto por Brasília sem utilizar máscara.

De acordo com a Secretaria-Geral, em 24 de julho, 31 dos 3400 servidores da Presidência da República estavam afastados do trabalho por terem apresentado resultado positivo para Covid-19.

Ainda de acordo com a pasta, mais de 50% dos servidores estão em trabalho remoto ou em escala de revezamento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/08/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Saiba o que muda com nova especificação da gasolina

A partir desta segunda (3) toda a gasolina vendida pelas refinarias da Petrobras deve atender a novas especificações de qualidade aprovadas em janeiro com o objetivo de melhorar a eficiência do combustível vendido no Brasil.

Distribuidoras e postos ainda terão prazo para eliminar os estoques de gasolina antiga, com o prazo de final de 3 de novembro para o fim da venda da gasolina antiga.

Com melhor qualidade, a nova gasolina é mais cara — importadores falam que estão pagando R\$ 0,07 a mais por litro—mas o governo defende que o ganho de eficiência nos motores pode compensar o aumento de custos. A Petrobras já vem produzindo num padrão ainda superior, previsto para entrar em vigor apenas em janeiro de 2022.

Entenda o que muda com as novas especificações:

*

Massa específica ou densidade

A legislação brasileira não estabelecia limite mínimo de densidade, permitindo a produção ou importação de gasolinas mais "leves" ou com compostos químicos que reduzem o rendimento. A adoção de uma densidade mínima significa que a gasolina terá uma quantidade maior de energia por litro, explica o diretor de Combustíveis da AEA (Associação Brasileira de Engenharia Automotiva), Rogério Gonçalves. "O motor transforma a energia química do combustível na energia mecânica do movimento. Quanto mais energia química tem, mais energia mecânica, você tem". Testes da Petrobras indicam que a nova especificação reduz o consumo entre 4% e 6%.

Curva de destilação

As novas especificações definem uma nova curva de destilação, que avalia a temperatura em que frações mais leves da gasolina evaporam. A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) estreitou essa curva, o que torna mais uniforme o padrão da gasolina vendida no país.

"A curva mais fechada faz com que a composição da gasolina não varie tanto", diz o diretor técnico da Anfavea (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores), Henry Joseph Junior.

Octanagem RON

A ANP estabeleceu também um mínimo de 92 para o indicador de octanagem RON (que mede a resistência a detonação em giro baixo). Antes, o Brasil só tinha limites para a octanagem do topo MON (calculada com giro alto) e para o IAD (indica Antidetonante), que é uma média dos dois. Segundo o diretor da Anfavea, a definição de octanagem RON facilita o ajuste dos novos motores, que hoje saem de fábrica com uma grande folga para reduzir o risco de quebra por detonações fora de hora. "Na medida em que começa a confiar que vai ter uma octanagem melhor, [a montadora] começa a fazer motores com desempenho melhor."

O que muda na prática?

Para veículos já em circulação, dizem os especialistas, a principal diferença está na melhor densidade, que pode tornar os carros mais eficientes. Gonçalves, da AEA, acredita que a eletrônica dos motores flex podem reconhecer também a melhor octanagem e melhorar o desempenho.

Para novos veículos, as medidas melhoram também a possibilidade de ajuste nos motores para que tenham um desempenho mais adequado à nova gasolina.

Vai ter aumento de preço?

A Petrobras admite que o produto é mais caro, mas diz que a variação dos preços da gasolina depende também das oscilações no mercado internacional, da taxa de câmbio e de custos de frete. Assim, diz a companhia, a mudança não será determinante na composição final do preço. Importadores que abastecem cerca de 20% do mercado dizem que estão pagando R\$ 0,07 a mais por litro na compra de gasolina de melhor qualidade

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/08/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Gás natural tem corte de 22% para as distribuidoras

A Petrobras cortou em 22% o preço do gás natural fornecido às distribuidoras de gás canalizado no país. É o segundo corte no ano, acompanhando a queda das cotações internacionais do petróleo durante a pandemia. Em 2020, o preço do gás natural no Brasil acumula queda de 35%.

O repasse aos consumidores varia de acordo com o contrato de concessão de cada distribuidora estadual.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/08/2020

Seção: Mercado

Autor: Ricardo Della Coletta

Título: Embaixador nega motivo político para queda de barreira do etanol

O embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Todd Chapman, negou nesta segunda (3) que tenha defendido junto a autoridades brasileiras que a derrubada de barreiras comerciais ao etanol americano beneficiará a reeleição do presidente Donald Trump.

“Qualquer interpretação de que minha defesa de interesses comerciais de longa data, durante um ano eleitoral, foi uma tentativa para beneficiar um candidato presidencial específico é simplesmente incorreta”, disse Chapman, em nota da embaixada.

Como a Folha mostrou em junho, autoridades americanas argumentaram que o governo Jair Bolsonaro poderia melhorar as chances de reeleição de Trump caso aceite eliminar uma sobretaxa ao etanol americano importado.

Na semana passada, após o tema voltar a ser noticiado por jornais brasileiros, o Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos EUA, controlado por democratas, enviou uma carta à embaixada em Brasília exigindo explicações.

Eliot Engle, presidente do comitê congressional, disse que o uso de argumentos políticos e eleitorais para a defesa de um objetivo comercial seria “inapropriado para um embaixador americano” e uma potencial violação de

leis dos EUA, uma vez que os diplomatas deveriam adotar uma postura não partidária.

O deputado americano demandou que Chapman detalhasse em correspondência ao comitê o conteúdo de suas tratativas com membros do governo brasileiro sobre etanol.

“Em nenhum momento solicitei aos oficiais brasileiros que tomassem quaisquer medidas em apoio a qualquer candidato presidencial [americano]”, diss Chapman.

Ele alega que publicações da imprensa “descaracterizam” assuntos discutidos com autoridades brasileiras, alegando que o diplomata americano sugeriu que um “resultado particular de uma questão poderia favorecer as chances de eleição de um candidato presidencial sobre outro”.

“O meu papel nessas reuniões foi continuar a defender o comércio aberto e a cooperação em questões comerciais, bem como buscar outras áreas de interesse mútuo para o Brasil e os Estados Unidos.”

Segundo relatos feitos à Folha, os americanos trabalham pelo fim de uma cota de importação anual sem tarifa de 750 milhões litros de etanol —o que ultrapassa esse volume paga uma taxa de 20%.

A cota em vigor já é resultado de um agrado aos americanos: até o ano passado era limitada a 600 milhões de litros por ano, mas foi incrementada para o valor atual. Os EUA produzem etanol a partir do milho, e o produto é mais barato que o similar brasileiro, feito com cana-de-açúcar.

Os americanos são os maiores vendedores da substância ao Brasil: em abril, segundo dados do governo compilados pela Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), foram 142,5 milhões de litros importados, sendo que 127,6 milhões vieram dos EUA.

A entrada do álcool estrangeiro afeta principalmente pequenos usineiros no Nordeste, que no ano passado tentaram, sem sucesso, impedir a elevação da cota de importação.

O fim das barreiras de importação é pleito antigo dos EUA, mas os americanos voltaram à carga nos últimos meses com novos argumentos.

O principal deles é que desta vez o tema é politicamente sensível porque Trump deve se beneficiar eleitoralmente do aumento de vendas de etanol nos estados do meio-oeste que fazem parte do Corn Belt (cinturão do milho).

A cota de importação atual vence no final de agosto, quando o presidente Jair Bolsonaro precisará decidir se atende ao pleito de seu aliado estratégico ou não. Tentam resistir ou ao menos reduzir os impactos de uma nova concessão os produtores nacionais de etanol, a bancada ruralista e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina.

No governo brasileiro, as principais vozes em defesa do fim da cota para o etanol americano são o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente da República.

Eles são expoentes da chamada ala ideológica e advogam por um alinhamento automático com os EUA.

Membros da administração Bolsonaro e parlamentares que são contrários ao novo aceno a Washington têm argumentado que os americanos estão usando uma justificativa política para obter uma vitória comercial há muito desejada: o fim de obstáculos para a venda de etanol no Brasil.

Nada indica, dizem, que o levantamento das barreiras teria potencial para influenciar de forma significativa a eleição no meio-oeste.

O presidente da FPA (Frente Parlamentar Agropecuária), deputado Alceu Moreira (MDB-RS), teve uma conversa recente com o embaixador Chapman e disse que, embora o diplomata não tenha defendido explicitamente a reeleição de Trump, havia sim um componente político implícito na mensagem.

“É impossível, não temos como abrir a cota de etanol sem limites para os americanos. Se não, nós quebramos o mercado, principalmente os produtores do Nordeste.”

O presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), Evandro Gussi, reagiu e disse que os EUA não buscam “defesa de interesse comerciais de longa data”, como alega o diplomata.

VEÍCULO: O Globo**Data: 04/08/2020****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDOÑEZ E BRUNO ROSA****Título: Qualidade da gasolina vendida no país melhora, mas preço também sobe**

Petrobras informa que consumo por quilômetro deve ser, em média, 5% menor e compensar possíveis reajustes na bomba

Desde ontem, a gasolina vendida no Brasil deve seguir novas especificações. Com as mudanças, o produto estará mais próximo do padrão europeu e do americano. Embora mais cara, a expectativa é que o consumo seja menor, compensando a alta no preço. Na semana passada, a Petrobras informou que já estava produzindo e entregando às distribuidoras o novo combustível.

De acordo com a empresa, a nova gasolina tem maior densidade, o que significa mais eficiência, permitindo redução média de 5% no consumo do combustível por quilômetro rodado, dependendo das características de cada motor. A companhia destaca ainda que a nova gasolina vai permitir melhora no desempenho do carro.

Esse combustível de melhor qualidade terá um custo maior do que o produzido até então no país, mas a Petrobras afirma que eventuais aumentos nos preços serão compensados pelos ganhos com o rendimento dos motores e consumo menor.

A Petrobras explicou que o preço do combustível é definido pela cotação no mercado internacional e outras variáveis como valor do barril do petróleo, frete e câmbio. E, de acordo com fontes do setor, essa gasolina de melhor qualidade tem cotação maior no mercado internacional. A companhia destaca ainda que responde por apenas 30% do preço final da gasolina. Os outros 70% são compostos por tributos, preço do etanol adicionado e margens de distribuidoras e revendedores.

A nova gasolina vai manter o mesmo percentual de 27% de adição de etanol anidro (álcool) e a mesma octanagem das gasolinas comum e aditivada. Já as gasolinas premium têm octanagem maior, ou seja, são ainda melhores do que a nova e, por isso, mais caras.

Segundo especialistas, a nova especificação dificulta fraudes na gasolina, o que reduz as chances de uso de solventes e naftas de baixa qualidade como forma de adulteração.

Resolução da ANP determina que a gasolina com as antigas especificações pode ser entregue nas distribuidoras até 3 de outubro e, nos postos, até 3 de novembro. Assim, mesmo a Petrobras já entregando o novo produto, os postos ainda vão comercializar os estoques antigos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/08/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: O gás e os royalties do Rio

Sabe a nota chorosa que saiu aqui, ontem, de que esse novo marco legal do gás natural, em tramitação na Câmara, não prevê royalties aos estados produtores? Eduardo Eugênio procura acalmar. “Com o gás apreço internacional e em grande volume, a economia bomba. Impostos outros irão compensar os royalties. E muito” Tomara.

O presidente da Firjan estima em mais de R\$ 80 bilhões os investimentos “que podem ser destravados com o novo marco.”

Na verdade...

O tal marco mexe com interesses poderosos —diante da guerra de lobbies.

Setor de turismo tenta barrar projeto de lei que acaba com 'terridão emendado' **A7**

Bancos discutem oferta ou venda do Elo **C3**

Fachin revoga decisão de Toffoli que abria dados da Lava-Jato para Aras **P8**

Valor

20 ANOS

15 de abril de 2020, São Paulo, 11 de maio de 2020, 11 de maio de 2020, 11 de maio de 2020

Destques

Exatidão dos dados de controle
 O sistema de controle de acesso de entrada e saída de veículos, instalado no Terminal de Integração de Transporte de São Paulo, apresenta uma precisão de 99,99%, segundo dados divulgados pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) em relatório publicado no site da empresa. O sistema, que foi desenvolvido pela CET, é o primeiro do seu tipo no Brasil e é considerado um dos mais modernos do mundo.

Família não responde ao laudo
 O laudo de necropsia do corpo de um jovem que morreu em um acidente de trânsito, realizado pela Polícia de Polícia de Polícia, não foi respondido pela família, segundo a polícia.

Alé e ministro pedem mais prós
 O ministro da Saúde, Alexandre Lora, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, pedem mais prós para o plano de recuperação econômica do Brasil.

Alé e ministro pedem mais prós
 O ministro da Saúde, Alexandre Lora, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, pedem mais prós para o plano de recuperação econômica do Brasil.

Alé e ministro pedem mais prós
 O ministro da Saúde, Alexandre Lora, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, pedem mais prós para o plano de recuperação econômica do Brasil.

Alé e ministro pedem mais prós
 O ministro da Saúde, Alexandre Lora, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, pedem mais prós para o plano de recuperação econômica do Brasil.

Alé e ministro pedem mais prós
 O ministro da Saúde, Alexandre Lora, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, pedem mais prós para o plano de recuperação econômica do Brasil.

Alé e ministro pedem mais prós
 O ministro da Saúde, Alexandre Lora, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, pedem mais prós para o plano de recuperação econômica do Brasil.

Alé e ministro pedem mais prós
 O ministro da Saúde, Alexandre Lora, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, pedem mais prós para o plano de recuperação econômica do Brasil.

Socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES

Segundo dados
 Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bancos (ABRABANCO), o socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES. A pesquisa, realizada em março de 2020, mostrou que o BNDES forneceu R\$ 1,5 bilhão em empréstimos, enquanto o setor privado forneceu R\$ 2,5 bilhões.

Segundo dados
 Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bancos (ABRABANCO), o socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES. A pesquisa, realizada em março de 2020, mostrou que o BNDES forneceu R\$ 1,5 bilhão em empréstimos, enquanto o setor privado forneceu R\$ 2,5 bilhões.

Segundo dados
 Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bancos (ABRABANCO), o socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES. A pesquisa, realizada em março de 2020, mostrou que o BNDES forneceu R\$ 1,5 bilhão em empréstimos, enquanto o setor privado forneceu R\$ 2,5 bilhões.

Recrutar CPMF é medieval, diz deputado

Segundo dados
 Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bancos (ABRABANCO), o socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES. A pesquisa, realizada em março de 2020, mostrou que o BNDES forneceu R\$ 1,5 bilhão em empréstimos, enquanto o setor privado forneceu R\$ 2,5 bilhões.

Segundo dados
 Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bancos (ABRABANCO), o socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES. A pesquisa, realizada em março de 2020, mostrou que o BNDES forneceu R\$ 1,5 bilhão em empréstimos, enquanto o setor privado forneceu R\$ 2,5 bilhões.

Segundo dados
 Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bancos (ABRABANCO), o socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES. A pesquisa, realizada em março de 2020, mostrou que o BNDES forneceu R\$ 1,5 bilhão em empréstimos, enquanto o setor privado forneceu R\$ 2,5 bilhões.

Venda da Oi pode ficar um ano no Cade

Segundo dados
 Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bancos (ABRABANCO), o socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES. A pesquisa, realizada em março de 2020, mostrou que o BNDES forneceu R\$ 1,5 bilhão em empréstimos, enquanto o setor privado forneceu R\$ 2,5 bilhões.

Segundo dados
 Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bancos (ABRABANCO), o socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES. A pesquisa, realizada em março de 2020, mostrou que o BNDES forneceu R\$ 1,5 bilhão em empréstimos, enquanto o setor privado forneceu R\$ 2,5 bilhões.

Segundo dados
 Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bancos (ABRABANCO), o socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES. A pesquisa, realizada em março de 2020, mostrou que o BNDES forneceu R\$ 1,5 bilhão em empréstimos, enquanto o setor privado forneceu R\$ 2,5 bilhões.

Carteira Valor rende 9,8% e supera bolsa

Segundo dados
 Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bancos (ABRABANCO), o socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES. A pesquisa, realizada em março de 2020, mostrou que o BNDES forneceu R\$ 1,5 bilhão em empréstimos, enquanto o setor privado forneceu R\$ 2,5 bilhões.

Segundo dados
 Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bancos (ABRABANCO), o socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES. A pesquisa, realizada em março de 2020, mostrou que o BNDES forneceu R\$ 1,5 bilhão em empréstimos, enquanto o setor privado forneceu R\$ 2,5 bilhões.

Segundo dados
 Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bancos (ABRABANCO), o socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES. A pesquisa, realizada em março de 2020, mostrou que o BNDES forneceu R\$ 1,5 bilhão em empréstimos, enquanto o setor privado forneceu R\$ 2,5 bilhões.

Trump quer 'comissão' na venda do TikTok

Segundo dados
 Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bancos (ABRABANCO), o socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES. A pesquisa, realizada em março de 2020, mostrou que o BNDES forneceu R\$ 1,5 bilhão em empréstimos, enquanto o setor privado forneceu R\$ 2,5 bilhões.

Segundo dados
 Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bancos (ABRABANCO), o socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES. A pesquisa, realizada em março de 2020, mostrou que o BNDES forneceu R\$ 1,5 bilhão em empréstimos, enquanto o setor privado forneceu R\$ 2,5 bilhões.

Segundo dados
 Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bancos (ABRABANCO), o socorro financeiro privado na crise supera o do BNDES. A pesquisa, realizada em março de 2020, mostrou que o BNDES forneceu R\$ 1,5 bilhão em empréstimos, enquanto o setor privado forneceu R\$ 2,5 bilhões.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1864-1927)

Terça-feira 4 DE AGOSTO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46312

estadão.com.br

Por apoio à CPMF, Guedes vai propor menos tributo na folha

Plano prevê corte pela metade da contribuição sobre salários paga à Previdência e redução do depósito do FGTS

O plano apresentado pelo ministro Paulo Guedes (Economia) a Jair Bolsonaro com o objetivo de diminuir as resistências à criação de uma nova CPMF prevê a redução dos atuais 20% para 10% da alíquota paga pelas empresas sobre os salários dos funcionários como contribuição à Previdência. Guedes vai propor a redução de 20% para

15% da alíquota das empresas. A diminuição de outros 5 pontos percentuais seria obtida, na prática, com redução de 8% para 6% do valor dos salários depositado pelas empresas nas contas do FGTS e corte da metade dos encargos que pagam ao Sistema S. As empresas seriam isentas de contribuição ao INSS sobre o trabalhador que ganha

até um salário mínimo. Guedes acenou a classe média, com elevação da faixa que fica isenta do IR, de R\$ 1,9 mil para R\$ 3 mil, e à indústria, com o fim da cobrança do IPI para eletrodomésticos. O relator da reforma tributária na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse que "a volta da CPMF é uma tentativa medieval". **ECONOMIA/PÁGS. B1 e B2**

Bernard Appy

Não há por que substituir um tributo distorcido por outro. A melhor forma de financiar a desoneração da folha é corrigindo distorções como a que faz com que boa parte dos brasileiros de alta renda seja pouco tributada. **PÁG. B2**

Salles quer mudar meta de preservação da Amazônia

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, quer driblar a meta de redução da devastação ambiental no Brasil. Sua equipe propõe desconsiderar o objetivo de reduzir o desmatamento e os incêndios legais em 90% em todo o País, previsto no Plano Plurianual, revela documento obtido pelo **Estadão**. A manobra está sendo rejeitada pela equipe do Ministério da Economia. **METRÓPOLE/PÁG. A9**



Poucas escolas reabrem no Rio

Sem muitos alunos, a Escola Camões Pinheiro foi uma das poucas particulares a reabrir ontem no Rio. Um efeito colateral da quarentena é a redução das doenças entre as crianças. **METRÓPOLE/PÁGS. A11 e A12**

Fachin derruba decisão de Toffoli sobre a Lava Jato

O relator da Operação Lava Jato no STF, Edson Fachin, derrubou ontem decisão do presidente da Corte, Dias Toffoli, que havia determinado o compartilhamento de dados das forças-tarefa da Lava Jato com a cúpula da Procuradoria-Geral da República (PGR). A medida tem efeito retroativo, ou seja, a PGR não pode trabalhar sobre os dados já enviados. A Procuradoria informou que vai recorrer. **POLÍTICA/PÁG. A4**

Governo demite autor de dossiê sobre críticos

Pressionado pelo Congresso e pelo MP, o ministro André Mendonça (Justiça) demitiu o diretor do órgão que produziu um dossiê com informações de 579 professores e policiais identificados pelo governo como integrantes do "movimento anticomunismo". **POLÍTICA/PÁG. A5**

'Talvez nunca exista vacina', diz diretor da OMS

O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, disse que a imunização contra a covid-19 pode não ser alcançada. Se a vacina for descoberta, segundo ele, talvez a proteção oferecida dure alguns meses. **METRÓPOLE/PÁG. A13**

PANDEMIA NO PAÍS

● Conforme os números levantados pelo consórcio da imprensa

TOTAL DE MORTES	94.702
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	572
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	995
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	2.751.665
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	18.043
TOTAL DE RECUPERADOS*	1.912.319

*NÚMERO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Desafio da USP é manter alunos pobres estudando

O percentual de novos alunos na USP que vieram de colégios da rede pública chegou a 47,8% neste ano. A universidade diz que objetivo é conseguir que os alunos pobres concluam os estudos. **METRÓPOLE/PÁG. A10**



Ciclovias Pinheiros mais moderna

Ciclovias da Marginal do Pinheiros volta a funcionar, após ficar quase três meses fechada e passar por modernização. **METRÓPOLE/PÁG. A11**

NA QUARENTENA TRADIÇÕES MANTIDAS NA PANDEMIA

Acarajé pelo sistema delivery e lives de danças típicas não deixam costumes morrer. **PÁG. H1**



Mario Vargas Llosa

Edmund Wilson continua famoso, e espero que ainda seja lido, pois foi o maior crítico literário de antes e depois da 2ª Guerra. **PÁG. H3**

PEC prevê renda básica fora do teto de gastos

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) apresentou proposta de emenda à Constituição que cria o direito de renda básica para pessoas em situação de vulnerabilidade. Os recursos ficariam fora do teto de gastos. **ECONOMIA/PÁG. B4**

Eliane Cantanhêde

Redes de fake news não nasceram com os Bolsonaro, mas atingiram audiência inaceitável. **POLÍTICA/PÁG. A5**

Pedro Fernando Nery

Isonomia tributária para advogados custa algo em torno de R\$ 5 bilhões por ano ao País. **ECONOMIA/PÁG. B4**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Política como exercício de rejeição

Em vez do debate de propostas e projetos, as eleições se tornam palco para cada candidato se opor a outros grupos ideológicos. **PÁG. A3**

A pandemia no padrão de vida

Além do crescimento, será preciso reparar danos sociais. **PÁG. A3**



Tempo em SP 11º Min. 23º Máx.

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921



UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 * Nº 33.361

TERÇA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2020

R\$ 5,00

Capital não tem data de volta às aulas, diz secretário

O retorno das aulas presenciais na capital paulista ainda segue sem data definida. Segundo o secretário municipal de Educação, Bruno Caetano, a reabertura das escolas não deve ocorrer em 8 de setembro, conforme prevê o plano do governador João Dória (PSDB). O estado deve detalhar na sexta-feira (7) a retomada. **Saúde B6**

Fachin revoga ato de Toffoli e mantém dados com Lava Jato

Procuradoria-Geral da República, que trava embate público com forças-tarefas, recorrerá da decisão

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin revogou decisão do presidente da corte, Dias Toffoli, que determinava o compartilhamento de informações do Lava Jato com a Procuradoria-Geral da República.

Toffoli deu o acesso no início de julho, durante o recuo do Judiciário, quando ficou responsável pelos processos que chegam ao tribunal. No retorno dos trabalhos, ontem, Fachin reassumiu o caso e reverteu a ordem.

Agora, cabe a Toffoli decidir se leva o tema para julgamento no plenário do STF. A PGR disse que fará recurso. A decisão de Fachin tem efeito retroativo, o que invalida as providências já tomadas pela procuradoria.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, tinha enviado integrantes da Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise, vinculada ao seu gabinete, para buscar dados da Lava Jato em Curitiba, São Paulo e Rio.

Para Fachin, a possibilidade de a operação ter investigado foro especial e usurpado a competência de PGR e STF não justifica o ato de Toffoli. Segundo ele, o tema já é tratado em outra ação, que corre sob sigilo. **Poder A4 e A5**

Em ala para coronavírus na periferia de SP, 90% morrem

No hospital municipal Tide Setúbal, na zona leste de São Paulo, a mortalidade na UTI para pacientes da Covid-19 chega a 90%, relatam Patrícia Campos Mello e Eduardo Anzilelli. A direção da unidade diz que a taxa total é de 63% e que, na periferia, pacientes chegam aos hospitais em estágio muito avançado da doença. **Saúde B2**

País ganha 21 mil leitos de UTI, mas oferta é desigual

A oferta de leitos de UTI no país cresceu 47% na pandemia. A distribuição dos 21 mil novos leitos é desigual e concentrada no Sudeste e há risco de que parte dessa estrutura seja fechada, segundo o Conselho Federal de Medicina. **Saúde B1**

Equipe dos Médicos sem Fronteiras trabalha na UTI do hospital municipal Tide Setúbal, em São Miguel Paulista, na zona leste de São Paulo. **Eduardo Anzilelli/Folhapress**

Pandemia no Brasil

	Total	Brasil*	%
Casos	2,8 mil	44 mil	31,9%
Óbitos	94,7 mil	1.003	-4,2%

Dados das 20h de 3 ago. *Média móvel de 7 dias **Em relação às 14 dias

Estágios da pandemia

	Estágio
■	Acelerado
■	Estável
■	Desacelerado
■	Reduzido



Estados com mais óbitos

	Total
1º SP	23,4 mil
2º RJ	13,6 mil
3º CE	7,8 mil

Nos municípios

	Estágio
■	Acelerado
■	Estável
■	Desacelerado
■	Reduzido

Perda olfativa pode ser permanente, segundo pesquisa

Cerca de 5% das pessoas que tiveram perda de olfato causada pela Covid-19 não recuperaram a capacidade de sentir cheiros. Os dados preliminares são de pesquisa com mais de 650 pacientes no Hospital das Clínicas, em SP. **Saúde B6**

Braga Netto, da Casa Civil, é o 7º ministro de Bolsonaro com Covid A6

Onyx admite caixa dois da JBS e dará R\$ 189 mil para encerrar caso A7

Investigado por propina, rei emérito Juan Carlos deixa a Espanha A10

Golpes usando compra online e redes sociais crescem na pandemia B7



ENGAVETAMENTO MATA 8 NO PARANÁ

Choque de 15 carros, 5 motos, carreta e veículo da polícia em São José dos Pinhais foi provocado por queimada. **Cotidiano B8**

Manuela Cantuária Dois mil e treze, com máscara

Uma jovem se prepara para ir à manifestação contra o aumento das passagens quando é impedida por mulher idêntica a ela usando máscara de proteção. "Não vai pra rua! Quem é você?" "Eu sou você do futuro." **Ilustrada B12**

Ilustrada B9 Mercado editorial vive montanha-russa na pandemia e até aumento de vendas

Esporte B13 Gravidez não é doença, afirma Tandara, que venceu ex-clubes na Justiça

ENTREVISTA Filipe Sabará Sou o direita raiz nas eleições de SP

Filipe Sabará (Novo), 36, diz ser o único "direita raiz" entre pré-candidatos à Prefeitura de SP e quer votos de bolsonaristas. Ele critica os tucanos Bruno Covas e João Dória, de quem foi secretário. **Poder A8**

Para analistas, manifestação em Berlim foi alerta

Fragmentado entre mais de 80 grupos, de neonazistas a antivacinas, o protesto que reuniu cerca de 20 mil no sábado (4º) em Berlim não foi uma demonstração de força da extrema direita, mas um alerta, dizem analistas. **Mundo A9**

Morre John Hume, Nobel por paz na Irlanda do Norte

Mundo A10

Collor desviou patrocínio de Caixa e Petrobras, diz PF

Investigação da Polícia Federal aponta que o senador e ex-presidente Fernando Collor de Mello (PPROS-AL) desviou recursos de patrocínios de R\$ 2,5 milhões obtidos de Petrobras e Caixa, de 2010 a 2016. Ele nega. **Poder A7**

Cadeia produtiva entre Argentina e Brasil se deteriora

Em 12 meses, ao menos sete empresas ligadas ao setor automotivo anunciaram suspensão ou fim da produção na Argentina para concentrá-la no Brasil. Câmbio e ambiente ruim afastam investidores do país vizinho. **Mercado A12**

Empreendedor Social vai premiar ações contra Covid

Saúde B5

Assine o O Globo por R\$ 12,90/mês
 Assine o O Globo por R\$ 12,90/mês
 Assine o O Globo por R\$ 12,90/mês

Monica de Bolle: 'Ao contrário do Brasil, países com controle do vírus terão investimentos'

O GLOBO

SIGILO RETOMADO

Fachin suspende acesso da PGR ao banco de dados da Lava-Jato

Ministro revogou liminar do STF, Dias Toffoli, dada no plantão. Procuradoria vai recorrer

Na tarde de ontem, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, suspendeu o acesso da Procuradoria-Geral da República (PGR) ao banco de dados da Lava-Jato. A decisão foi dada no plantão, após o ministro ter recebido a notícia de que o acesso havia sido autorizado pelo ministro do STF, Ricardo Lewy. A decisão de Toffoli foi dada após ele ter recebido a notícia de que o acesso havia sido autorizado pelo ministro do STF, Ricardo Lewy. A decisão de Toffoli foi dada após ele ter recebido a notícia de que o acesso havia sido autorizado pelo ministro do STF, Ricardo Lewy.

Estimativa de o Supremo

EU ESTOU COM A CORDA TORCIDA!

Onyx admite caixa 2, faz acordo e paga R\$ 189 mil

O ex-governador de São Paulo, Onyx de Moraes, admitiu ter recebido uma caixa 2 de R\$ 189 mil em troca de seu apoio político. Ele fez um acordo com o governador do Estado, João Doria, para que ele não fosse processado por corrupção passiva.

Tobiasz reafirma a Abin e o Centro de Inteligência Nacional

O ministro da Defesa, Roberto Tobiasz, reafirmou a importância da Abin e do Centro de Inteligência Nacional para a segurança do Brasil. Ele afirmou que essas instituições são essenciais para a defesa do país.

Governo avalia estender auxílio até dezembro

O governo federal está avaliando a possibilidade de estender o auxílio emergencial até dezembro. A decisão dependerá da situação econômica do país e da evolução da pandemia de COVID-19.

PLA DACTE: Sob investigação, rei Juan Carlos decide deixar Espanha

O rei da Espanha, Juan Carlos I, decidiu deixar o país devido à investigação sobre o caso PLA DACTE. Ele viajou para a Marrocos e se hospedou em um hotel.

RECEAR CRMF CONTINUA A SER MAIORES

O RECAR CRMF continua a ser o maior do Brasil. Ele é o maior do Brasil e o maior do mundo.

Disputa entre o Brasil e o Chile sobre o mar

Houve uma disputa entre o Brasil e o Chile sobre o mar. O Brasil alega que o Chile está invadindo seu território marítimo.

Sharia deve vigorar em todo o país

A Sharia deve vigorar em todo o país. Isso é o que o governo do Irã quer.

Rei Carlos III, monarca do Reino Unido, será coroado em 2022

O Rei Carlos III, monarca do Reino Unido, será coroado em 2022. Ele é o filho mais velho do Rei Filipe VI da Espanha.

Volta às aulas no Rio será adiada novamente

A volta às aulas no Rio de Janeiro será adiada novamente. Isso é devido à situação de saúde pública e à falta de infraestrutura adequada.

Engenheiros e 22 veículos no Parana em meio a obras

Engenheiros e 22 veículos no Parana em meio a obras. Isso é para a construção de uma nova ponte.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASILIA, 1960, ASSIS CHAT EAU BRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2020

NÚMERO 20.891 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50

Apreensão
no Lago:
da festa
ao sumiço

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

Mergulhadores e cinco embarcações do Corpo de Bombeiros realizaram, ontem, próximo ao Setor de Clubes Sul, buscas ao advogado Carlos Eduardo Marano, de 41 anos. Ele está desaparecido desde sábado, quando participava de comemoração numa lancha. A Polícia Civil também investiga: nenhum dos participantes da festa viu Carlos cair ou pular na água. PÁGINA 18

Decisão de Fachin barra
desmonte da Lava-Jato

Aguerra aberta entre o procurador-geral da República, Augusto Aras, e a maior operação de combate à corrupção do país ganhou novo capítulo. Relator da Lava-Jato no STF, o ministro Edson Fa-

chin revogou ato do presidente da corte, Dias Toffoli, que obrigava a força-tarefa a compartilhar dados das investigações com a PGR. A determinação de Toffoli ocorreu no recesso do Judiciário. A rea-

ção de Fachin foi logo no primeiro dia da volta dos magistrados ao trabalho. A PGR vai recorrer da decisão, o que levará o caso ao plenário do Supremo. Há, em jogo, mais que mera disputa de poder.

Após desvendar bilionários esquemas de corrupção e acabar com a impunidade de empresários e políticos até então intocáveis, a Lava-Jato conquistou apoio popular. Mas, despertou, tam-

bém, disputas internas no Ministério Público e a ira de poderosos, sobretudo de grandes bancas de advogados criminalistas, que tentam de todas as formas enfraquecê-la e esvaziá-la. PÁGINA 2

Deputados devem votar hoje MP que permite saque do FGTS

PÁGINA 8

Ed Alves/CB/D.A. Press



Ê, frio!

Temperatura
em queda no
início de agosto

Com mínimas perto de 11°C e máximas de 25°C, o início do mês exigirá que o brasileiro tire o casaco do armário. Ontem, os termômetros marcaram 13°C na madrugada, mas o vento castigou quem saiu cedo de casa. A umidade também será baixa, em torno de 25% nas horas mais quentes.

PÁGINA 17

Uma viagem
ancestral

Em Ifá Lucumi: o resgate da tradição, o escritor e compositor Nei Lopes relembra a história, no Brasil, de uma das vertentes da religiosidade africana. PÁGINA 22



Segurança para produzir

Em entrevista ao CB Poder, o diretor de Regularização Social da Terracap, Leonardo Mundim, detalhou o programa Desenvolve-DF. A meta é beneficiar três empresas com a legalização dos terrenos onde funcionam. PÁGINA 16

Juros

BC pode fazer
nova redução

Expectativa é que a reunião que começa hoje corte a taxa Selic de 2,25% para 2% ao ano. PÁGINA 8

Indígenas

STF cobra ações
do governo

Barroso defende medidas contra invasões e covid para evitar o risco de extinção de etnias. PÁGINA 7

Volta às aulas
em etapas para
rede particular

Proposta da Justiça será avaliada por GDE, o sindicato das escolas e o dos professores. Decisão que impediu o retorno das atividades vale só até amanhã. Calendário teria início em 10 de agosto, com o ensino médio. PÁGINA 17

OMS avalia possibilidade
de não ter vacina eficaz

PÁGINA 14

O resgate
não acabou

Correio conversou com cinco dos 33 chilenos que ficaram 69 dias numa mina: eles ainda sentem, no corpo e na mente, as marcas do acidente ocorrido há 10 anos. PÁGINA 12



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

DIVERSOS ASSOCIADOS

MME / ASCOM .